

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA
NO DIA 25.04.2014**

ÍNDICE

- I – PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** *(página: 2)*

- II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO NOS MOLDES DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009** *(páginas: 3 a 10)*

- III – DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009** *(páginas: 11 a 15)*

- IV – COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009** *(páginas: 16 a 29)*

I - PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 25.04.2014

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da CESP – Companhia Energética de São Paulo vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes propostas, a serem objeto de deliberação em Assembleia Geral, a ser realizada em 25.04.2014:

Assembleia Geral Ordinária

1. Examinar e votar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2013, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.
2. Deliberar sobre a proposta de destinação de resultados de 2013 no montante de R\$1.155.710.135,13 da seguinte forma:
 - a) Pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 1.044.076.777,19, dos quais serão deduzidos os proventos já pagos anteriormente sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$ 196.000.000,00, nos termos do parágrafo único do artigo 31 do Estatuto Social, resultando em montante líquido de R\$ 848.076.777,19 a ser pago da seguinte forma: (i) pagamento do saldo de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 401.543.345,44 até 30 de junho de 2014, e (ii) dividendos adicionais de R\$ 446.533.431,75 a serem pagos até o final de novembro de 2014 .
 - b) Constituição de Reserva Estatutária nos termos do art. 31 do Estatuto Social, no montante de R\$ 111.633.357,94.
3. Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal.

São Paulo, 21 de março de 2014.

José Aníbal Peres de Pontes
Presidente do Conselho de Administração

II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO, CONFORME O ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

1. Lucro líquido do exercício

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com prejuízo de R\$ (195.346) mil. Ao prejuízo foram adicionadas na conta lucros/prejuízos acumulados as seguintes movimentações: i) realização da reserva de lucros a realizar constituída em 2009 de R\$ 170.126 mil; ii) realização do ajuste de avaliação patrimonial da depreciação R\$ 182.800 mil e baixa R\$ 834.371 mil relativas ao custo atribuído (IFRS) e; iii) saldo de lucros acumulados ajustados do exercício de 2012 de R\$ 163.759 mil, decorrentes dos efeitos retrospectivos para adequação das demonstrações financeiras ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1); iv) constituição de reserva estatutária de R\$ (111.633) mil, que resultaram na proposta de destinação R\$ 1.044.077 mil, dos quais serão deduzidos R\$ 196.000 mil pagos em 2013 a título de juros sobre o capital próprio.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Foi proposta a destinação de dividendos aos acionistas de R\$ 1.044.077 mil, correspondente a 100% dos resultados do exercício de 2013 (conforme demonstrativo abaixo), equivalente a R\$ 3,188 para cada classe de ação ON, PNA e PNB. Do montante de dividendos propostos, serão deduzidos os proventos já pagos aos acionistas durante o exercício social de 2013, a título de Juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 196.000 mil.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Destinação de 100% dos resultados do exercício de 2013, conforme abaixo:

Valores em R\$ mil

Exercício Social	2013
Prejuízo do exercício	(195.346)
Absorção da Reserva de lucros a realizar	170.126
Prejuízo do exercício	(25.220)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	182.800
Realização de ajuste de avaliação patrimonial (baixa)	834.371
Saldo de lucros acumulados de 2012 (efeitos retrospectivos CPC 33 (R1))	163.759
Saldo para Destinação	1.155.710
Destinação	
(-) Reserva estatutária (Item 13)	(111.633)
Saldo para destinação de dividendos	1.044.077
Juros sobre o capital próprio já distribuído	(196.000)
Saldo a distribuir como dividendos	848.077
Dividendos obrigatórios complementares	(401.543)
Dividendos adicionais propostos	(446.534)
Saldo em lucros/prejuízos acumulados	0,00

4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não há distribuição de dividendos com base em exercícios anteriores.

Há apenas realização de reserva de lucros a realizar constituída em 2009, bem como saldo em lucros acumulados do exercício de 2012 ajustado, decorrente dos ajustes retrospectivos da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) conforme item 3, acima.

5. Valores, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Foi elaborada a proposta da Administração para a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 1.044.077 mil (dos quais serão deduzidos os juros sobre o capital próprio - JCP já pagos de R\$ 196.000 mil, conforme o item 3 acima).

Valores em R\$ mil

Descrição	2013
Destinação de dividendos	1.044.077
Juros sobre capital próprio já distribuídos	
ON	(62.110)
PNA	(14.054)
PNB	(119.836)
Total dos juros sobre capital próprio já distribuídos	(196.000)
Saldo a distribuir como dividendo obrigatório complementar	401.543
ON	137.071
PNB	264.472
Saldo a distribuir como dividendos adicionais	446.534
ON	148.845
PNA	10.502
PNB	287.187

b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos (após dedução dos Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 196.000 mil) resulta no montante líquido de R\$ 848.077 mil e estão distribuídos em dividendos obrigatórios complementares: R\$ 137.071 mil para as ações ON (R\$ 1,2556 por ação) e R\$ 264.472 mil para as ações PNB (R\$ 1,2556 por ação), a ser pago até 30 de junho de 2014 e saldo de dividendos adicionais propostos com valor por ação de R\$ 1,3635 igualmente para todas as classes, totalizando R\$ 148.845 para as ações ON, R\$ R\$ 10.502 mil para as ações PNA e R\$ 287.187

para as ações PNB, a ser pago até 30 de novembro de 2014.

c. Incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve incidência de atualização e juros sobre dividendos e nem sobre juros sobre capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

As data de pagamento dos dividendos propostos mencionadas na alínea “b” deste item e a data para a identificação dos acionistas que terão direito aos dividendos propostos serão estabelecidas quando da aprovação na AGO, em 25 de abril de 2014.

6. Declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Em 2013, foram declarados e pagos Juros sobre o capital próprio de R\$ 196.000 mil.

b. Data dos pagamentos de dividendos ou juros sobre capital próprio

Os pagamentos de Juros sobre capital próprio declarados durante o exercício de 2013 e imputados ao dividendo obrigatório totalizaram R\$ 196.000 mil, sendo R\$ 111.000 mil pagos em 26/07/2013 e R\$ 85.000 mil, pagos em 31/10/2013.

7. Tabela comparativa de valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro (prejuízo) líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social	Lucro / (prejuízo) Valor – R\$ mil	Lucro / (prejuízo) por ação – R\$
2013	(195.346)	(0,59647)
2012	147.982	0,45185
2011	108.581	0,33154
2010	93.042	0,28410

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício Social	Deliberação	Classe de Ações	Provento Aprovado			
			Natureza	Montante R\$	Valor Por Ação R\$	Data de Pagamento
2013	RCA 07/05/2013	ON	JCP	33.093.693,35	0,3031458608	26/07/2013
		PNA	JCP	14.053.969,76	1,8245449417	
		PNB	JCP	63.852.336,89	0,3031458608	
	Subtotal			111.000.000,00		
	RCA 13/08/2013	ON	JCP	29.015.772,26	0,2657911635	31/10/2013
		PNB	JCP	55.984.227,74	0,2657911635	
	Subtotal			85.000.000,00		
	Proposta para deliberação da AGO 25/04/2014	ON	Dividendos mínimos	137.071.650,15	1,2556079174	Até 30/06/2014
		PNB	Dividendos mínimos	264.471.695,29	1,2556079174	
	Subtotal			401.543.345,44		
	Proposta para deliberação da AGO 25/04/2014	ON	Dividendos adicionais	148.844.477,70	1,3634497321	Até 30/11/2014
		PNA	Dividendos adicionais	10.502.279,70	1,3634497321	
PNB		Dividendos adicionais	287.186.674,35	1,3634497321		
Subtotal			446.533.431,75			
TOTAL			1.044.076.777,19			

Exercício Social	Deliberação	Classe de Ações	Provento Aprovado			
			Natureza	Montante R\$	Valor Por Ação R\$	Data de Pagamento
2012	RCA 08/05/2012	ON	JCP	20.571.864,03	0,1884430173	19/07/2012
		PNA	JCP	14.814.480,23	1,8245449414	
		PNB	JCP	39.613.655,74	0,1884430173	
	Subtotal			75.000.000,00		
	RCA 07/08/2012	ON	JCP	13.654.481,06	0,1250781946	26/10/2012
		PNB	JCP	26.345.518,94	0,1250781946	
	Subtotal			40.000.000,00		
	Aprovado na AGO de 24/04/2013	ON	Dividendos	92.567.648,37	0,8479410007	29/11/2013
		PNA	Dividendos	0,00	0,00	
PNB		Dividendos	178.603.838,70	0,8479410007		
Subtotal			271.171.487,08			
TOTAL			386.171.487,08			

Exercício Social	Deliberação	Classe de Ações	Provento Aprovado			
			Natureza	Montante R\$	Valor Por Ação R\$	Data de Pagamento
2011	RCA 05/05/2011	ON	JCP	3.481.487,38	0,0318912271	20/07/2011
		PNA	JCP	14.814.480,23	1,8245449414	
		PNB	JCP	6.704.032,39	0,0318912271	
	Subtotal			25.000.000,00		
	RCA 05/08/2011	ON	JCP	17.090.376,65	0,1565517902	21/10/2011
		PNB	JCP	32.909.623,35	0,1565517902	
	Subtotal			50.000.000,00		
	Aprovado na AGO de 24/04/2012	ON	Dividendos	133.443.304,31	1,222371433	26/06/2012 e 30/09/2012
		PNA	Dividendos	0,00	0,00	
		PNB	Dividendos	256.961.503,87	1,222371433	
Subtotal			390.404.808,18			
TOTAL			465.404.808,18			

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. montante destinado à reserva legal

Dado que a Companhia encerrou o exercício de 2013 com prejuízo de R\$ 195.346 mil, não houve montante destinado a reserva legal.

b. Detalhe da forma de cálculo da reserva legal

Calculada em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações PNA fazem jus a dividendo prioritário anual de 10% do valor do capital representado por esta classe de ações. As ações PNB da companhia não possuem direito a dividendos prioritários fixo ou mínimo.

b. Informações sobre se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim, conforme informado no demonstrativo do item 7 (b), no pagamento de juros sobre o capital próprio efetuado em 26/07/2013 no montante de R\$ 111.000 mil, as ações PNA receberam R\$ 14.054 mil, correspondente ao dividendo prioritário anual equivalente ao previsto no Estatuto, de 10% do valor do capital representado por esta classe de ações.

c. Identificação de eventual parcela não paga é cumulativa

Não há parcela do lucro do exercício não paga.

d. Valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor do dividendo prioritário mínimo pago às ações PNA foi de R\$ 14.053.969,76.

e. Dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

O valor do dividendo prioritário mínimo por ação pago a cada ação PNA foi de R\$ 1,8245449417.

10. Dividendo obrigatório

a. Forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o Estatuto Social da Companhia, o lucro do exercício social, após as deduções previstas em lei, terá a seguinte destinação:

- 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
- do saldo, será destinado valor para pagamento do dividendo prioritário mínimo das ações preferenciais classe A, correspondente a 10% (dez por cento) do valor do capital social integralizado representado por ações PNA, a ser rateado igualmente entre estas;
- do saldo, será destinado valor para pagamento de dividendo anual obrigatório às ações ordinárias e às ações preferenciais classe B, correspondente a (i) 10% (dez por cento) do valor do capital social integralizado representado por estas ações, a ser rateado igualmente entre elas ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, observado o disposto no item(e) abaixo;
- do saldo, até 20% (vinte por cento) poderá ser destinado conforme deliberação da assembleia geral, para reinversão na expansão das atividades previstas no Artigo 2º deste estatuto, até o limite de 10% (dez por cento) do capital social;
- saldo terá a destinação deliberada em assembleia geral, observadas as retenções permitidas em lei, sendo que, no caso de distribuição de saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais classe A e classe B, esta se fará em igualdade de condições.

O pagamento de juros a título de remuneração de capital próprio poderá ser deduzido do montante de dividendos a pagar, na forma da legislação vigente.

b. Condições do pagamento do dividendo obrigatório (integralmente ou parcial)

Os resultados da Companhia em 2013 são suficientes para o pagamento do dividendo obrigatório e está sendo proposto o pagamento de dividendos adicionais.

Os dividendos propostos (após dedução dos Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 196.000 mil) resulta no montante líquido de R\$ 848.077 mil e estão distribuídos em dividendos obrigatórios complementares: R\$ 137.071 mil para as ações ON (R\$ 1,2556 por ação) e R\$ 264.472 mil para as ações PNB (R\$ 1,2556 por ação), a ser pago até 30 de junho de 2014; e saldo de dividendos adicionais propostos com valor por ação de R\$ 1,3635, totalizando R\$ 148.845 para as ações ON, R\$ R\$ 10.502 mil para as ações PNA e R\$ 287.187 para as ações PNB, a ser pago até 30 de novembro de 2014.

c. Montante de dividendo retido

Não há proposta para a retenção de dividendo.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

c. Justificar a retenção dos dividendos

A companhia não está retendo dividendos. Assim, as alíneas “a, b, e c” não são aplicáveis.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não foi constituída nenhuma Reserva de Lucros a Realizar no exercício de 2013.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável (vide letra “a” acima).

13. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Havendo saldo remanescente após a proposta de pagamento dos dividendos obrigatórios, até 20% (vinte por cento) poderá ser destinado conforme deliberação da assembleia geral, para

reversão na expansão das atividades previstas no Artigo 2º do Estatuto Social, até o limite de 10% (dez por cento) do capital social.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva estatutária em 2013 foi de R\$ 111.633 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

A Companhia encerrou o exercício de 2013 com prejuízo de R\$ (195.346) mil. Parte do prejuízo foi absorvido pela realização da Reserva de Lucros a Realizar, constituída em 2009, de R\$ 170.126 mil, resultando ainda em Prejuízo de R\$ 25.220. Em seguida foram adicionadas na conta lucros/prejuízos acumulados as seguintes movimentações: i) realização do ajuste de avaliação patrimonial da depreciação R\$ 182.800 mil e baixa de R\$ 834.371 mil relativo ao custo atribuído (IFRS) e; ii) saldo de lucros acumulados ajustados do exercício de 2012 de R\$ 163.759 mil, decorrentes dos efeitos retrospectivos para adequação das demonstrações financeiras ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). O montante total de R\$ 1.155.710 mil deduzido do dividendo obrigatório de R\$ 597.543 mil, correspondente a 10% do capital social resulta no saldo de R\$ 558.167 mil. Sobre o saldo de R\$ 558.167 mil foram calculados 20%, resultando no montante de R\$ 111.633 mil proposto para destinação à reserva estatutária.

14. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A companhia não está retendo lucro com base em orçamento de capital, dessa forma as alíneas “a e b” não requerem resposta.

15. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais, não sendo aplicável resposta às alíneas “a e b” deste item.

III - DADOS DOS CONSELHEIROS FISCAIS, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009

12.6. Relação dos membros indicados à eleição pelo Controlador para comporem o conselho Fiscal da Companhia

Conselho Fiscal

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO	DATA DA ELEIÇÃO	PRAZO DO MANDATO
Emilia Ticami	57 anos	Administradora Pública	022.489.508-70	Conselheira Fiscal Efetiva	25/04/2014	1 ano
Fábio Alonso	53 anos	Economista	046.944.808-39	Conselheiro Fiscal Efetivo	25/04/2014	1 ano
Hélio Pilnik	59 anos	Economista	759.900.598-68	Conselheiro Fiscal Efetivo	25/04/2014	1 ano
João Paulo de Jesus Lopes	66 anos	Engenheiro Civil	205.976.658-34	Conselheiro Fiscal Suplente	25/04/2014	1 ano
Enio Marrono Lopes	51 anos	Administrador	021.526.678-16	Conselheiro Fiscal Suplente	25/04/2014	1 ano
Paulo Roberto Fares	56 anos	Engenheiro Civil	032.721.388-46	Conselheiro Fiscal Suplente	25/04/2014	1 ano

12.7. Membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não há comitês estatutários na companhia.

12.8. Informações profissionais dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal indicados à eleição:

a) Currículos:

CONFISCAL FISCAL:

MEMBROS EFETIVOS

EMÍLIA TICAMI – Bacharel em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas e Curso de Especialização (CEAG) pela mesma entidade.

Atuou na Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, de julho de 1980 a março 1991, onde exerceu os cargos de Analista e Assessora, nas atividades de elaboração orçamentária empresarial, controle das empresas públicas e análise de investimentos estaduais. Na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, ocupou o cargo de Diretora do Departamento de Finanças do Estado, de abril de 2004 a maio de 2006, de Coordenadora da Administração Financeira do Estado, de junho de 2006 a junho de 2010, e a partir dessa data exerce função de Assessoria na Coordenação da Administração Financeira dessa Secretaria de Estado.

Foi Conselheira Fiscal na SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, de maio de 2010 a abril de 2011, e na São Paulo Previdência – SPPREV, de 2008 a abril de 2011.

É membro suplente do conselho fiscal do Metrô – Companhia do Metropolitano de São Paulo e Conselheira de Administração da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, desde abril de 2011.

FÁBIO ALONSO – Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Foi escriturário no Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO de 01/01/1981 a 30/09/1983, exerceu a função de Auxiliar de Controle de Carga na Secretaria da Receita Federal de 02/03/1984 a 15/07/1984, estagiou na Secretaria de Economia e Planejamento no período de 28/11/1984 a 30/12/1985, por fim ingressou na Secretaria de Planejamento e desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, em 10/02/1986, onde exerceu os cargos de Controlador de Orçamento, Analista de Orçamento, Assistente de Planejamento I, II e III e atualmente é Diretor Técnico III.

É Conselheiro Fiscal da Cia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM desde 2003

HÉLIO PILNIK – Bacharel em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado em 1979 e Curso de Pós Graduação em Formação de Executivos do Setor Elétrico em 1997 pela FEA – USP.

Atuou na Companhia Light Serviços de Eletricidade S.A., posteriormente denominada Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., de 1974 a 1998, tendo exercido diversos cargos gerenciais tais como na Divisão de Compras, Departamento de Programas Sociais, Departamento Comercial, Superintendência de Patrimônio Imobiliário e Superintendência de Administração e Qualidade de Materiais. Em 1998 foi suplente do Conselho Fiscal da Bandeirante Energia S.A. e um dos coordenadores da cisão da Eletropaulo que conduziu a companhia ao processo de privatização. Neste mesmo ano participou do Conselho Curador da Fundação Patrimônio Histórico de Energia de São Paulo e posteriormente como Coordenador de Empreendimentos até 2000. Entre 2001 e 2004, atuou na CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, nos Departamentos de Patrimônio e de Suprimentos. Entre janeiro de 2005 e março de 2011 exerceu os cargos de Coordenador de Administração e Finanças e de Supervisor de Finanças nas Subprefeituras do Butantã e Vila Mariana, no município de São Paulo - SP. Foi Coordenador do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Atualmente é Diretor Financeiro de IPEM/SP - Instituto de Pesos e Medidas.

MEMBROS SUPLENTES

JOÃO PAULO DE JESUS LOPES – Engenheiro Civil, foi Secretário Adjunto dos Transportes Metropolitanos e Conselheiro de Administração do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo, de Janeiro de 2007 a dezembro de 2010. Presidente e Conselheiro de Administração da EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (cumulativamente) de Março de 2010 a Fevereiro de 2011. Atuou como Consultor Empresarial Independente na ShoppingConsult Consultoria de 2000 a 2006. No Grupo CLC – Abril de 1990 a 2000 foi Vice-presidente Corporativo (estatutário) da Holding CLC – Comunicações, Lazer e Cultura S.A. No Badesp – Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo exerceu diversos cargos de Agosto de 1974 a Outubro de 1982, dentre eles o de Analista Sênior de Projetos Industriais, Subchefe da Divisão de Análise e Projetos Industriais e Gerente da Divisão de Projetos Industriais, Comércio e Serviços.

Foi Conselheiro de Administração do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo, de Janeiro de 2007 a Abril de 2011 e foi Diretor-Presidente e Conselheiro de Administração da EMTU – Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos, de Março de 2010 a Abril de 2011.

É Conselheiro de Administração da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de S. Paulo, desde Maio de 2011.

ENIO MARRANO LOPES – Administrador de Empresas, ocupa atualmente a função de Assistente do Coordenador da Coordenadoria de Orçamento – CO da Secretaria de Economia e Planejamento, sendo o responsável nos impedimentos do titular do cargo desde 2004. Na mesma Secretaria já ocupou os cargos de Diretor Técnico de Departamento da Coordenadoria de Programação Orçamentária da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação, foi também Assistente de Coordenador na Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. Foi Conselheiro Fiscal do DERSA, CPTM, CDHU.

PAULO ROBERTO FARES – Formado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Mauá, concluído em 1981; MBA Empresarial pela Fundação Dom Cabral – concluído em 2003. Profissional de carreira na área de planejamento da operação hidráulica, atuou na Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., de agosto de 1982 a dezembro de 1997 exercendo diversos cargos como Engenheiro, Coordenador, Gerente de Divisão, Gerente de Departamento, Assessor da Diretoria e Assistente Executivo da Diretoria de Geração e Transmissão. Com a cisão da Eletropaulo, a partir de janeiro de 1998 passou a atuar na EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S. A. exercendo as funções de Assistente Executivo da Diretoria Técnica, de janeiro de 1998 a abril de 2000, Gerente de Departamento de Operação e Manutenção de Usinas Elevatórias, de abril a agosto de 2000, Assistente da Presidência, de agosto de 2000 a dezembro de 2003, Gerente da Coordenadoria Executiva da Presidência, de dezembro de 2003 a fevereiro de 2012, e desde 15 de fevereiro de 2012 atua como Diretor Administrativo, Financeiros e de Relações com Investidores.

b) Condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais) envolvendo os administradores e membros do conselho fiscal nos últimos 5 anos:

Não há condenações judiciais e administrativas (inclusive criminais), nos últimos 5 anos, envolvendo os membros indicados a eleição para os conselhos de administração e fiscal.

12.9. Relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores e conselheiros fiscais da companhia:

Não existe relação conjugal entre os administradores e conselheiros fiscais da companhia.

b) (i) administradores e conselheiros fiscais da companhia e (ii) administradores e conselheiros fiscais de controladas, diretas ou indiretas, da companhia:

Não há relação conjugal entre os administradores e conselheiros fiscais da companhia. A companhia não tem empresas controladas.

- c) (i) administradores e conselheiros fiscais da companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da companhia:

Não há relação conjugal entre os administradores e conselheiros fiscais da companhia, bem como desses com o controlador. A companhia não tem empresas controladas.

- d) (i) administradores conselheiros fiscais da companhia e (ii) administradores e conselheiros fiscais das sociedades controladoras diretas e indiretas da companhia:

Conforme relatado na alínea “c”.

12.10. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da companhia e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela companhia:

A companhia não tem empresas controladas.

- b) controlador direto ou indireto da companhia:

- **EMÍLIA TICAMI**, indicado à eleição para Conselheira Fiscal Efetivo é Assessora na Coordenação da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, CNPJ 46.379.400/0001-50, órgão subordinado ao controlador.
- **FÁBIO ALONSO**, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Efetivo é Conselheiro Fiscal da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, CNPJ 71.832.679/0001-23, desde 2003. Ingressou na Secretaria de Planejamento e desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, em 10/02/1986, onde exerce a função Diretor Técnico III, órgão subordinado ao controlador.
- **HÉLIO PILNIK**, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Efetivo, foi Coordenador do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas na Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, CNPJ 08.671.350/0001-91, órgão subordinado ao controlador até 04 de fevereiro de 2013.

Exerce a função de Diretor de Finanças do IPEN/SP - Instituto de Pesos e Medidas, CNPJ 61.924.981/0001-58, desde de fevereiro de 2013.
- **JOÃO PAULO DE JESUS LOPES**, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Suplente, foi Conselheiro de Administração do Metrô - Companhia do Metropolitano de São Paulo, CNPJ 62.070.362/0001-06, de Janeiro de 2007 a Janeiro de 2011, e, atualmente, é Conselheiro de Administração da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de S. Paulo, CNPJ 47.865.597/0001-09, desde Maio de 2011, órgãos sob a gestão controlador.
- **ENIO MARRANO LOPES**, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Suplente, ocupa atualmente a função de Assistente do Coordenador de Orçamento, na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, CNPJ órgão subordinado ao controlador.
- **PAULO ROBERTO FARES**, indicado à eleição para Conselheiro Fiscal Suplente, desde 15 de fevereiro de 2012 atua como Diretor Administrativo, Financeiros e de Relações com Investidores da EMAE -

Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., CNPJ 02.302.101/0001-42, empresa sob gestão do controlador.

c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na companhia.

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Por sua política, a Companhia mantém contratada apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O), que visa garantir a seus administradores o reembolso de despesas decorrentes de reparação por danos causados a terceiros ou à Companhia, em sentença transitada em julgado, ou em decisões arbitrais finais. A atual apólice prevê Limite Máximo de Indenização de R\$ 2.000.000,00, com sub-limite de reclamações por danos ambientais de 100% do Limite Máximo de Garantia. O valor do prêmio contratado para o referido seguro é de R\$ 18.500,00, não existindo franquias para o mesmo.

A Companhia não firmou qualquer acordo objetivando o encerramento de processos administrativos ou judiciais movidos contra seus administradores , em decorrência do exercício de suas funções.

12.12. Outras informações que a companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

IV - COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ITEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009

10.1 - Comentários dos diretores

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

i. condições financeiras

Em 2013, a CESP vendeu, em contratos, 93,3% da energia disponível para comercialização e que está autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica; o restante foi liquidado na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD. Produziu energia excedente à sua capacidade nominal, sendo este excedente também liquidado na CCEE, parte como integrante do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, ao preço da Tarifa de Energia de Otimização – TEO, e parte como energia secundária, ao Preço de PLD, além de contabilização de outros ajustes.

O faturamento com venda de energia em 2013 foi de R\$ 4.417 milhões, 16% acima do faturamento de 2012, sendo (i) R\$ 3.487 milhões em contratos bilaterais nos ambientes de contratação regulado e livre; (ii) R\$ 869 milhões na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e (iii) R\$ 60 milhões pela operação e manutenção da UHE Três Irmãos sob o regime de cotas de garantia física. Adicionalmente, há R\$ 2,4 milhões em receitas de contratos de prestação de serviços e R\$ 1,4 milhões de outras receitas. Após as Deduções à Receita, a Receita Operacional Líquida alcançou R\$ 3.904 milhões.

Este faturamento, contraposto aos custos e despesas, propiciou EBITDA calculado de acordo com a Instrução CVM nº 527/2012 de R\$ 852 milhões. A Companhia, para efeito comparativo, calcula o EBITDA Ajustado, considerando os valores provisionados referentes à Provisão de Ativo Contingente - UHE Três Irmãos. A geração de caixa, sob esse conceito, foi de R\$ 2.664 milhões, 27,7% acima do ano de 2012.

A CESP encerra o exercício, em 31/12/2013, com Disponibilidades de R\$ 840 milhões, portanto em condições financeiras suficientes para desenvolver suas atividades, bem como cumprir seus compromissos de curto, médio e longo prazo.

ii. condições patrimoniais

A Companhia possui cinco usinas de geração hidrelétrica com um total de 52 unidades geradoras que somam 6.649,82 MW – megawatts de capacidade instalada e 3.772,5 MW médios de energia de garantia física líquida, representando 6% da capacidade instalada e aproximadamente, 5% da garantia física de energia do Brasil.

As usinas hidrelétricas da CESP estão distribuídas em duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e a bacia do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado de São Paulo. A seguir, os principais dados das usinas da Companhia:

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Ilha Solteira	1978	20	5,6	1.195	3.444	1.731,5
Jupia	1974	14	5,5	330	1.551,2	886
Porto Primavera	2003	14	10,2	2.250	1.540	1.017
Paraibuna	1978	2	0,5	177	85	50
Jaguari	1972	2	1,0	56	27,6	14
Total		52	22,8	4.008	6.647,8	3.698,5

O Imobilizado representava 73% do Ativo da Companhia, em 31.12.2013.

Adicionalmente, a Companhia opera, de forma provisória, a Usina Hidrelétrica – UHE Três Irmãos.

Usina Três Irmãos

Com a publicação da Resolução Homologatória ANEEL no 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço:

Usinas Hidrelétricas	Data de Conclusão	Unidades Geradoras	Extensão da Barragem (km)	Área do Reservatório (km ²)	Capacidade Instalada (MW)	Energia de Garantia Física (MW Médio)
Três Irmãos	1999	5	3,6	785	811,45 ⁽¹⁾	217,5 ⁽²⁾

(1) Capacidade Instalada Homologada no Despacho ANEEL nº 2.762 de 04/09/2012.

(2) Garantia Física definida na Portaria I nº 32, de 05/03/2013, do Ministério de Minas e Energia.

A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado, no valor de R\$ 3.529.080, para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização de R\$ 1.717.362 definido pelo Poder Concedente.

No quarto trimestre de 2013 foram realizadas diversas reuniões com a participação da Administração e técnicos da Companhia com o Ministério de Minas e Energia - MME e com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Foram discutidos detalhadamente a composição dos valores da usina pelos cálculos da CESP e EPE e esgotados os entendimentos na esfera administrativa.

A Administração da Companhia entende que é seu direito receber o montante registrado e, de acordo com os termos de seu Contrato de Concessão, continuará a discuti-lo judicialmente, se necessário. Dada a existência de um ativo contingente e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia constituiu provisão de R\$ 1.811.718 mil (valor controverso), ajustando o valor de indenização proposto pelo Poder Concedente (valor incontroverso):

A Companhia opera temporária e provisoriamente a UHE Três Irmãos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou em 25 de fevereiro de 2014, o edital de licitação da hidrelétrica de Três Irmãos, a ser efetivada em 28 de março de 2014.

Patrimônio Líquido em R\$ mil

Descrição	2011	2012	2012 Reapresentado	2013
Capital Social	5.975.433	5.975.433	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Ajuste de Avaliação patrimonial	1.748.153	1.548.690	1.548.690	531.519
Outros resultados abrangentes	-	-	(163.759)	68.628
Reservas de lucros	465.443	426.716	426.716	256.590
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	558.167
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	163.759	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.118.127	9.879.937	9.879.937	9.319.435
Lucro/(Prejuízo) do exercício	108.581	147.982	504.298	(195.346)

Em 31.12.2013, o Patrimônio Próprio representava 61,4% contra 38,6% de Capital de Terceiros.

b. estrutura de capital, possibilidade de resgate de ações ou quotas, hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor

i. estrutura de capital

A CESP possui uma estrutura de capital equilibrada, com Capital de Terceiros composto por 21,6% de obrigações de curto prazo e 78,4% de longo prazo, apresentando uma redução periódica do seu endividamento.

A dívida financeira, composta por Empréstimos e Financiamentos e FIDC atingiu R\$ 2.547 milhões, tendo sido reduzida em cerca de R\$ 1.046 milhões (29,1%), estando agora representada por 70% em moeda nacional e 30% em moeda estrangeira. Ao final do ano, as Disponibilidades eram de R\$ 840 milhões, o que resulta em Dívida Líquida de R\$ 1.708 milhões.

Em 18 de abril de 2013 a Standard & Poor's elevou os "ratings" de crédito corporativo da Companhia, de 'BB' para 'BB+' na escala global e de 'brAA-' pra "brAA+" na escala nacional. De acordo com o comunicado da S&P, os fluxos de caixa futuros são menos incertos após a decisão da CESP de não renovar os contratos de concessão para as usinas hidrelétricas de Jupia, Ilha Solteira e Três Irmãos, resultando em um melhor perfil de risco financeiro.

Adicionalmente, em 14 de Fevereiro de 2014 a Moody's Investors Service elevou o "rating" de crédito da CESP de Ba1 para Baa3, colocando-a em grau de investimento.

O capital social integralizado da Companhia é composto de 327.502.673 ações, equivalentes a R\$ 5.975.433.454,43, e está dividido em 109.167.558 ações ordinárias (33,33%), 7.702.726 (2,35%) ações preferenciais classe A e 210.632.389 (64,32%) ações preferenciais classe B. Independentemente de

reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo autorizado de R\$ 17.926.300.363,29, mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

ii. hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

iii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Determinações legais.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem baixo custo operacional e vem apresentando consistente geração de caixa medida pelo método “EBITDA Ajustado” que atingiu, em 2013, R\$ 2.664 milhões, nível suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos de compromissos, não havendo previsão de emissão de dívida durante 2014.

A dívida financeira ficou em R\$ 2.547 milhões, em 31.12.2013, inferior a posição de 2012 que era de R\$ 3.593 milhões, decorrente principalmente das amortizações no ano. Em 2013, o índice de liquidez corrente atingiu R\$ 1,16 o índice de liquidez geral foi de R\$ 0,41. Em 2012, o índice de liquidez corrente era de R\$ 0,60 e o índice de liquidez geral era de R\$ 0,24.

Obrigações Financeiras:

Composição em R\$ mil

Descrição	2011	2012	2013
Curto Prazo	749.720	1.037.761	481.489
Logo Prazo	3.243.592	2.555.331	2.065.748
DÍVIDA BRUTA	3.993.312	3.593.092	2.547.237
(-) Disponibilidades e Depósitos Vinculados	(435.112)	(579.275)	(839.649)
DÍVIDA LÍQUIDA	3.558.200	3.013.817	1.707.588

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia, além dos programas ativos relacionados em (f) a seguir, já se utilizou de programas de Debêntures Simples, Não Conversíveis, tendo emitido 10 séries desses títulos, todas já quitadas. De forma pioneira, também lançou (i) programa de CTEE’s - Certificados a Termo de Energia Elétrica, que se diferenciava das Debêntures pelo seu lastro em energia elétrica (megawatt/hora). Foram 9 emissões, todas também já resgatadas; (ii) 4 emissões de Fundo de investimento de Direito Creditórios, lastreados em recebíveis de contratos de venda de energia, sendo 3 já quitadas.

No mercado internacional foram emitidas 8 séries do Programa de Notas de Médio Prazo (Medium Term Notes MTN) iniciado em 2001, com 7 séries já totalmente resgatadas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresentou uma sensível melhora, com incremento na Liquidez, Preço Médio Geral e Margem Operacional, bem como redução no Endividamento e, atualmente, não projeta necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimos relevantes

A tabela a seguir contempla a composição dos compromissos financeiros da Companhia em 31/12/2011, 2012 e 2013, ajustados em decorrência da adoção do IFRS, cujas operações relevantes são os FIDCs, Notas de Médio Prazo, dívidas com o BNDES (Plano Brady) e dívidas com a Eletrobrás:

Valores em R\$ mil

Descrição	2011	2012	2013
MOEDA ESTRANGEIRA	1.316.420	1.269.614	762.923
Instituições Financeiras	161.249	86.387	32.963
BNDES	726.529	718.157	728.433
Medium Term Notes (MTN's)	426.991	463.814	
Outras Instituições	1.651	1.256	1.527
MOEDA NACIONAL	2.676.892	2.323.478	999.870
Instituições Financeiras	292.632	95.625	52.493
Notas de Médio Prazo	999.237	1.066.773	916.819
ELETROBRÁS	40.992	35.776	30.558
ELETROBRÁS (Valores a pagar)	149.673	122.775	-
FIDC II, III e IV	1.194.358	1.002.529	784.444
TOTAL	3.993.312	3.593.092	2.547.237

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há subordinação entre as dívidas.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas.

As Notas de Médio Prazo (série 8) possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de a Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros, impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias.

A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

Na estruturação do FIDC CESP IV houve previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Não há.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em 2013, o Custo com Energia Elétrica sofreu redução de 25,9%, motivada principalmente, pela ausência de custo com Energia Comprada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, ocorrido em 2012 (R\$ 142,5 milhões).

O Custo com Operação reduziu 4,1%, principalmente, em decorrência da depreciação, pelo término da exploração econômica pelo regime de preço da UHE Três Irmãos, a partir de abril de 2013. Houve reduções nas rubricas Pessoal, Material e Serviço de Terceiros em contraposição à constituição de provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA, registrada em setembro de 2013.

Em 2012, o Custo com Energia Elétrica sofreu incremento de 37,5%, motivado, principalmente, pelo custo com Energia Comprada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a partir de outubro de 2012, quando em decorrência dos baixos níveis dos reservatórios, o conjunto das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional – SIN não conseguiu produzir sua garantia física, o que levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS a promover o despacho das usinas termelétricas de custo mais elevado, custo este rateado entre as usinas que compõem o sistema hidráulico.

O Custo com Operação aumentou 29,3%, principalmente por conta da rubrica Entidade de Previdência a Empregados – CPC 33/IAS 19, que resultou em provisionamento de R\$ 342,2 milhões, contra R\$ 45,9 milhões de 2011. O provisionamento decorre, principalmente, da redução para 3,75%, em 2012 (5,5% em 2011), da taxa de remuneração dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) futuros, utilizados no cálculo contábil (CPC 33) para determinar o valor presente da obrigação atuarial a ser reconhecida.

Em 2011, o Real desvalorizou-se em relação ao Dólar Norte-americano, em 12,58%, com impacto no Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais de R\$ 150 milhões, com consequente aumento da posição de dívidas em moeda estrangeira.

10.2 – Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia apresenta-se consistente, obtida principalmente com a venda de energia elétrica em contratos de longo prazo com diversas empresas distribuidoras de energia do país (ambiente de contratação regulada – leilões) e de Fornecimento de energia a clientes consumidores livres

e comercializadoras (ambiente de contratação livre), com oscilações nas quantidades físicas (MWh) e atualização de preços.

O faturamento da CESP, em 2013, foi de R\$ 4.420,6 milhões, crescimento de 15,7%. Em 2012, foi de R\$ 3.819,9 milhões, crescimento de 13,0%. Em 2011 foi de R\$ 3.379,1 milhões, conforme quadro a seguir, em R\$ mil:

Receita Operacional	2011	2012	2013
Fornecimento de energia elétrica	769.522	896.970	971.845
Suprimento de energia elétrica - Contratos	412.285	451.986	886.356
Suprimento de energia elétrica - Leilões	2.045.138	2.123.296	1.628.992
Energia elétrica de curto prazo	148.245	344.071	869.123
Suprimento de energia regime de cotas	-	-	60.497
Outras Receitas	3.896	3.568	3.791
TOTAL	3.379.086	3.819.891	4.420.604

ii. **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

Em 2013:

As receitas operacionais alcançaram R\$ 4.420,6 milhões, com crescimento de 15,7% em relação a 2012, resultado obtido, principalmente, pela (i) realocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos no leilão de dezembro de 2004 em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2012, e (ii) pela liquidação, na CCEE, de parte dessa energia (descontratada) a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD’s, praticados em 2013.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.349 milhões, com redução de 13,7%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica teve redução de 25,9%, com recuo em todas as rubricas e principalmente, pela ausência de custo com Energia Comprada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, redução da quantidade de energia produzida pela Companhia em 2013, quando comparado com 2012, reduzindo em 12,1% as despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Adicionalmente, a revisão de tarifas de Uso do Sistema de Transmissão, promoveram uma redução de 4,1% nestes Encargos.

O Custo com Operação foi reduzido em 4,1%, principalmente, em decorrência da depreciação, pelo término da exploração econômica pelo regime de preço da UHE Três Irmãos, a partir de abril de 2013. Houve reduções nas rubricas Pessoal, Material e Serviço de Terceiros em contraposição à constituição de provisão para o Programa de Incentivo à Aposentadoria – PIA, registrada em setembro de 2013.

Em reuniões realizadas no quarto trimestre de 2013, a Administração e os técnicos da Companhia discutiram com o Ministério de Minas e Energia – MME e Empresa de Pesquisa Energética – EPE, a composição e comparação dos valores, para fins de indenização, da UHE Três Irmãos. Para o Poder Concedente, o valor de indenização é R\$ 1.717,4 milhões. De acordo com os seus fundamentos, a Companhia entende que, nos termos do seu Contrato de Concessão, têm o direito de receber o montante registrado de R\$ 3.529,1 milhões e continuará a discutir os seus direitos judicialmente, caso necessário. Assim e em atendimento ao CPC 25, que trata de Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, foi

constituída provisão de R\$ 1.811,7 milhões (valor controverso), ajustando o valor de indenização, até que ocorra o desfecho deste processo. A decisão de ajuste do recebível referente à UHE Três Irmãos, incluído na rubrica Outras (Despesas) Receitas Líquidas, afeta o Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 422,1 milhões negativos (queda de 26,8%). As Receitas Financeiras tiveram crescimento de 182,8% e alcançaram R\$ 131,1 milhões, pelo aumento em rendimentos de aplicações financeiras e atualizações sobre compras de moeda estrangeira. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram redução de 28,2%, totalizando R\$ 258,9 milhões. As Variações Monetárias e Cambiais líquidas sofreram um aumento de 12,1%, totalizando R\$ 294 milhões.

Em 2012:

As receitas operacionais alcançaram R\$ 3.819,9 milhões, com crescimento de 13% em relação a 2011, resultado obtido, principalmente, pelo aumento nas quantidades e nos preços nas vendas de energia no ambiente de contratação livre (consumidores livres e agentes comercializadores) e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, que alcançaram R\$ 1.616,6 milhões, e também pela atualização dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 2.199,8 milhões.

O Custo do Serviço de Energia Elétrica totalizou R\$ 1.920,7 milhões, com aumento de 32,1%, segmentado nos itens Custo com Energia Elétrica e Custo com Operação.

O Custo com Energia Elétrica sofreu incremento de 37,5%, motivado, principalmente, pelo custo com Energia Comprada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. Isto ocorreu a partir de outubro de 2012, em decorrência dos baixos níveis dos reservatórios, quando o conjunto das usinas hidrelétricas do Sistema Interligado Nacional – SIN não conseguiu produzir sua garantia física, o que levou o Operador Nacional do Sistema Elétrico –ONS a promover o despacho das usinas termelétricas de custo mais elevado, o que se refletiu no aumento do preço de energia (PLD) na CCEE. A CESP, isoladamente, produziu mais energia do que sua capacidade nominal, e este aumento da quantidade de energia produzida pela Companhia em 2012, quando comparado com 2011, motivou o aumento das despesas com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos. Adicionalmente, os reajustes tarifários das empresas de transmissão promoveram o aumento nos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão.

O Custo com Operação aumentou 29,3%, principalmente por conta da rubrica Entidade de Previdência a Empregados – CPC 33/IAS 19, que resultou em provisionamento de R\$ 342,2 milhões, contra R\$ 45,9 milhões de 2011. O provisionamento decorre, principalmente, da redução para 3,75%, em 2012 (5,5% em 2011), da taxa de remuneração dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) futuros, utilizados no cálculo contábil (CPC 33) para determinar o valor presente da obrigação atuarial a ser reconhecida.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas apresentaram redução de 34,1%, principalmente com a diminuição dos valores registrados em provisão para riscos legais.

O Resultado Financeiro registrou R\$ 576,6 milhões negativos (queda de 15,4% em relação a 2011), sendo que as Variações Monetárias e Cambiais líquidas foram as principais responsáveis pela redução com diminuição da ordem de 27,9%.

Em 2011:

As receitas operacionais totais alcançaram R\$ 3.379 milhões, resultado obtido, principalmente, com a atualização dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou venda de R\$ 2.267 milhões, e pela venda de energia a consumidores livres e agentes comercializadores, de R\$ 1.109 milhões.

O Resultado financeiro negativo, de R\$ 681 milhões, decorreu principalmente dos Encargos de dívidas que totalizaram R\$ 228 milhões, variações monetárias de R\$ 215 milhões, e pela apropriação de despesas com variações cambiais de R\$ 150 milhões, decorrentes da desvalorização do Real frente ao Dólar Norte-americano em 12,58%.

A despesa de depreciação total de R\$ 777 milhões, em 2011, inclui valor de R\$ 301 milhões correspondente ao aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído, que deduzida dos impostos e contribuições sociais diferidos de R\$ 102 milhões, resultando em um efeito líquido de R\$ 199 milhões (negativo) no lucro líquido do exercício, que atingiu R\$ 108.6 milhões.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A Companhia possui contratos de suprimento (venda a Revendedores) e fornecimento de energia elétrica (venda a Consumidores Livres) de longo prazo, a maior parte indexada ao Índice de Preços ao Consumidor – IPC-A e sofre a variação desse indicador.

A Companhia operou com um montante de energia descontratada variável durante 2013 e se beneficiou pelo alto preço da energia no mercado “spot” – PLD na CCEE que em 2012 foi de R\$ 166,69 e em 2013 atingiu R\$ 263,07.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e taxas de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Em 2013, a desvalorização do Real foi de 14,64% em relação ao Dólar Norte-americano, impactando o Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais em R\$ 162 milhões.

Em 2012, o Real desvalorizou-se 8,9% em relação ao Dólar Norte-americano, com impacto no Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais de R\$ 106 milhões.

Em 2011, o Real desvalorizou-se em relação ao Dólar Norte-americano, em 12,58%, com impacto no Resultado financeiro pela apropriação de despesa de variações cambiais de R\$ 150 milhões, e aumento da posição de dívidas em moeda estrangeira.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Por decisão do Poder Concedente, em abril de 2013 a Companhia deixou de operar comercialmente a Usina Três Irmãos. Passou a prestar provisoriamente serviços de operação e manutenção daquela usina, recebendo apenas a Receita Anual de Geração – RAG, que em 2013 foi de R\$ 60,4 milhões.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve eventos dessa natureza.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos dessa natureza.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados imediatamente no resultado do exercício. Em 13 de dezembro de 2012 a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC referente ao pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados. Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário independente.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma, na Companhia, são (i) a eliminação do registro dos ganhos e perdas atuariais imediatamente no resultado e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer o registro dos ganhos e perdas atuariais no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Nos exercícios de 2012 e 2011, não houve mudanças de práticas em relação às que já foram adotadas em 2010.

Em 2010, as demonstrações contábeis da CESP foram pela primeira vez elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no processo de convergência aos Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado – A Companhia optou pela adição do custo atribuído do ativo imobilizado, ajustando os saldos de abertura na data de transição, em 01.01.2009 pelos seus valores justos estimados (custo de reposição depreciado) por avaliadores independentes, com experiência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. A avaliação foi realizada por usina, considerando a utilização dos bens, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso, o ambiente econômico em que eles operam e o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia.

O custo de reposição depreciado de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável (impairment), considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros e indenização (com base no custo de reposição depreciado), calculadas até o final da concessão. Dada a operação em conjunto (complexo), as usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas uma única unidade geradora de caixa.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

Em 2013, a Companhia efetuou ajustes nas demonstrações financeiras de 2012 para permitir adequada comparação com o exercício de 2013, em decorrência das alterações introduzidas pelo CPC 33 (Revisão 1) Benefícios a Empregados. A rubrica Entidade de previdência a empregados – CPC 33/IAS19 de 2012 apresenta, agora, receita de R\$ 14,1 milhões ante despesa de R\$ 342,2 milhões na demonstração de resultado originalmente divulgada em 2012. Vale ressaltar que os impactos são para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O efeito da adoção do custo atribuído para as usinas, em 01.01.2009, promoveu um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553 milhões, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos (passivo) no valor de R\$ 1.208 milhões e conta de ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido de R\$ 2.345 milhões. A parcela de depreciação anual das usinas antes da adoção das novas práticas contábeis, da ordem de R\$ 480 milhões, para aproximadamente R\$ 781 milhões até 2012, sendo de R\$ 681 milhões em 2013. A depreciação sobre o ajuste das novas práticas contábeis não resulta em efeitos na base de distribuição de dividendos.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não consta parágrafo de ressalvas e/ou ênfases nos últimos 5 exercícios, com exceção do parecer do exercício de 2012 que apresenta parágrafo de ênfase, a respeito da incerteza relacionada à continuidade da operação da Usina de Três Irmãos e aos critérios utilizados para determinar o valor de indenização das usinas hidroelétricas ao término das concessões.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Parcela representativa das demonstrações financeiras é apurada e registrada com base em taxas de câmbio, preços, índices de atualização e taxas de juros.

No caso de estimativas para o registro de valores, estas se resumem à Provisão para Riscos Legais, que são periodicamente revisadas pelo Departamento Jurídico interno (e por assessores jurídicos externos, quando julgado necessário), quanto a valores pleiteados e grau de risco de perda “remoto”, “possível” e “provável”, para fins de reconhecimento e/ou divulgação em nota explicativa de ITRs ou DFs.

No caso de Plano de Pensão, o ganho ou perda calculado por atuário independente é reconhecido imediatamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

No teste do valor recuperável dos ativos - “impairment”, o valor de cada usina foi testado pelo respectivo valor recuperável, considerando o valor presente dos fluxos de caixa futuros e indenização (com base no valor novo de reposição, elaborado por empresa especializada, depreciado pelas taxas da ANEEL), calculados até o final da concessão, exceto a usina de Três irmãos, cuja concessão venceu em 18/11/2011, para a qual não foi considerado no cálculo do valor recuperável o fluxo de caixa futuro das operações. Com a publicação da Portaria MME nº 32, de 05/03/2013, as usinas Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas unidades geradoras de caixa independentes, deixando de ser tratadas como um Complexo.

Para apuração e registro de créditos fiscais, são elaboradas as melhores estimativas da Administração, com as correspondentes projeções de resultados para fins de determinação do valor presente do lucro tributável futuro, no horizonte exigido de 10 anos (Instrução CVM nº 371/2002), que determina o montante a ser reconhecido.

10.6 – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia possui bons sistemas informatizados, que permitem o adequado controle de empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento, acompanhamento de processos judiciais e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas da ANEEL e CVM. Foi implantado um novo sistema informatizado integrado que objetiva racionalizar as principais transações e processos das operações da Companhia, visando aprimorar a eficiência dos procedimentos, reduzir prazos e melhorar o grau de confiabilidade das informações geradas. Complementarmente, a Companhia promoveu por meio da Coordenadoria de Gestão de Riscos, a metodologia de autoavaliação de controle, objetivando garantir a eficiência dos controles que mitiguem os riscos operacionais identificados na Matriz de Riscos Corporativos.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.**

Os principais pontos levantados e recomendados pelos auditores referem-se a melhorias nos processos de gerenciamento de mudanças dos sistemas informatizados e de acesso lógico, controles e aprimoramentos de procedimentos contábeis e fiscais.

10.7 – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

- a. destinação dos recursos da oferta**

A conclusão da reestruturação financeira em junho de 2007, eliminou a necessidade da Companhia em recorrer ao mercado financeiro e de capitais para levantar recursos no segundo semestre de 2007 e nos exercícios subsequentes de 2008 a 2013, com exceção da 2ª Emissão de Notas Promissórias de janeiro de 2011, no montante de R\$ 150 milhões, quitadas em janeiro de 2012.

- b. desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não foram realizadas ofertas públicas nos cinco últimos exercícios sociais.

- c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não foram detectados desvios.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

- ii. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. **contratos de construção não terminada**
- v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas. Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.895.468 de prejuízos fiscais, base negativa de imposto de renda e contribuição social e diferenças intertemporais. Foi constituída provisão de R\$ 2.190.721, pois os referidos créditos somente podem ser registrados, suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos (vide nota 18 das DFP 2013).

As demais operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Conforme a resposta dada para o item 10.08 e respectivas alíneas, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas, incluindo a menção sobre os prazos de concessão das usinas da Companhia.

- a. **Itens que alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. **natureza e o propósito da operação**
- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

10.10 - Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

- i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Os investimentos anualmente realizados se resumem ao programa de manutenção de seu parque gerador, incluindo melhorias e modernização dos equipamentos. O valor investido em 2013 foi de R\$ 86 milhões.

- ii. **Fontes de financiamento dos investimentos.**

Recursos próprios.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

A CESP iniciou o ano de 2013 sob os efeitos da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012 (posteriormente convertida na Lei nº 12.783, de 14/01/2013). Por esta Medida Provisória o Governo Federal, na condição de Poder Concedente, ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupuíá, vencíveis em 2015, desde que aceitas determinadas condições de comercialização da energia dessas usinas. Adicionalmente, o mesmo tratamento foi estendido para a Usina Três Irmãos, cujo vencimento do primeiro período de concessão havia ocorrido em novembro de 2011.

Os acionistas da CESP, reunidos em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012, decidiram pela não renovação das concessões na forma oferecida pela MP. Com essa decisão, a CESP continuará a operar as Usinas de Ilha Solteira e Jupuíá até o termo final da concessão, o que se dará em julho de 2015.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há previsão de aquisição de outros ativos.

c. Novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há pesquisas em andamento já divulgadas para novos produtos ou serviços.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

A obrigação legal da Companhia, na condição de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, consiste em desembolso anual de 1% de sua Receita Operacional Líquida, em programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) do setor elétrico, coordenado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia está desenvolvendo diversos projetos na área de energia, com recursos oriundos do programa Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), de acordo com as regras da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, tendo investido em projetos de P&D, até 2013 cerca de R\$ 62,1 milhões em 68 projetos próprios e 12 estratégicos para o Setor Elétrico Brasileiro. Em 2013, a Companhia recolheu R\$ 15,6 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e R\$ 7,8 milhões ao Ministério de Minas e Energia.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há investimentos em desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.